

23/05/2025



046

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

**CONSELHO ESTADUAL DE
REPRESENTANTES APROVOU:**

**QUEREMOS CARREIRA
ABERTA, JUSTA E ATRATIVA!
PELO FIM DO SUBSÍDIO JÁ!**

Por carreira única para toda a categoria

*Reajuste para repor as perdas e cumprimento
correto e integral do piso nacional*

Devolução do confisco aos aposentados e pensionistas

Não à avaliação de desempenho de Tarcísio e Feder

Não às privatizações e militarização das escolas

E demais reivindicações

**Dia 6 de junho, sexta-feira, 16 horas, no MASP, assembleia
dos professores seguida de ato unificado do funcionalismo**

Secretaria de Comunicação

Reunido na sexta-feira, 23 de maio, o Conselho Estadual de Representantes (CER) da APEOESP reafirmou e intensificará a luta por uma carreira única para todos os integrantes do Magistério da rede estadual de ensino e pelo fim imediato da política de subsídios.

É inaceitável a existência de duas carreiras para a nossa categoria, assim como é inaceitável que o governo mantenha a política de pagamento por subsídios, sendo que esta é uma forma de remuneração adequada para cargos eletivos e alguns cargos do poder judiciário. Nós, professoras e professores, servidores públicos, somos trabalhadores e devemos receber salários dignos.

Estamos em luta por uma carreira aberta, justa e atrativa, que assegure valorização docente desde o ingresso até a aposentadoria, sem que o(a) professor(a) tenha que almejar cargos de diretor(a) ou supervisor(a) para ganhar um salário melhor. Uma carreira com direito aos quinquênios, sexta-parte, demais vantagens, evolução funcional pela via acadêmica e não acadêmica, progressão e demais mecanismos de valorização salarial e profissional.

Continuaremos a cobrar da SEDUC que reúna a mesa de valorização docente, que foi publicada no Diário Oficial, mas ainda não foi convocada para iniciar as discussões sobre a carreira.

Pelo piso nacional aplicado na carreira

O CER também reafirmou a luta pelo cumprimento correto e integral do piso salarial nacional, com a aplicação do reajuste no salário base, com repercussão em toda a carreira. Queremos o fim do abono complementar, ilegalidade inventada pelo governo do Estado para burlar a Lei 11.738/2008. Voltaremos ao STF em Brasília, onde uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) tramita reivindicando a aplicação correta do piso, assim como estaremos em todos os fóruns e espaços possíveis para defender esta questão.

De imediato, queremos a ampliação do reajuste salarial de 5% aprovado a toque de caixa pela Alesp. Apenas a inflação acumulada nos últimos 2 anos soma 8,45%, para não falar das enormes perdas que vem se somando ao longo dos anos.

Mobilização permanente

No dia em que ocorrerá a audiência de conciliação online entre governo e o Sindicato, realizaremos um ato em frente à Secretaria da Educação e atos nas Diretorias de Ensino.

Devemos, conforme decisão da assembleia estadual do dia 9 de maio, intensificar as visitas às escolas e realizar atividades regionais, como atos, carreatas, aulas públicas e todas as demais iniciativas já aprovadas para que realizemos uma grande assembleia no dia 6 de junho.

Abaixo a avaliação de desempenho excludente de Tarcísio e Feder

O CER aprovou também a realização de uma campanha pela revogação da Resolução SEDUC 83/2025, que impõe uma inaceitável avaliação de desempenho desrespeitosa e punitiva, conforme apontamos no Boletim APEOESP Informa Urgente 45 (disponível em www.apeoesp.org.br). Esta Resolução foi complementada pela Portaria Conjunta COPED/CGRH e ambas representam um ataque autoritário e frontal à dignidade da nossa profissão.

Pela devolução dos valores descontados aos aposentados e pensionistas já!

Nossa luta, conjugada com trabalho na Assembleia Legislativa da deputada estadual e segunda presidenta da APEOESP, Professora Bebel, derrubou o confisco salarial de aposentados e pensionistas. Porém, os valores descontados entre 2020 e 2022 não foram devolvidos. Essa é uma de nossas lutas prioritárias, pressionando o governo, com ação judicial e por meio do PLC 136/2023, de nossa deputada estadual, que tramita na Alesp.

PEI, militarização, terceirização, assédio e desvalorização do Magistério são parte de um projeto estrutural

O que está em curso no estado de São Paulo, de forma ainda mais intensa do que em governos anteriores, é um projeto estrutural de desmonte da escola pública como direito dos filhos e filhas da classe trabalhadora a uma formação básica sólida, de qualidade. Programa de Ensino Integral (PEI), escolas cívico-militares, privatização de escolas, plataformização, assédio, avaliação de desempenho, quebra da carreira, desvalorização salarial e profissional, corte de verbas, não são políticas isoladas são parte desse projeto.

Estamos em luta para impedir que as escolas sejam transformadas em PEI e isto deve se dar mobilizando as comunidades escolares e a população de cada local onde exista pressão do governo nesse sentido. Da mesma forma, deve prosseguir a resistência às escolas cívico-militares, mesmo naquelas 100 onde supostamente tenha havido aprovação, pois o processo de consulta foi restritivo e cheio de pressões e irregularidades.

Na luta contra este projeto estrutural, buscaremos todas as parcerias possíveis, inclusive no meio acadêmico, construindo fóruns de debate e mobilização.

A luta pelas CIPAS não vai parar

O recente processo de eleições das CIPAS mostrou mais uma vez as limitações do modelo adotado pela SEDUC. Tanto o número de votantes quanto de eleitos ficou aquém das necessidades. Além disso, uma CIPA por Diretoria de Ensino não atende às demandas e problemas reais da rede estadual de ensino. Queremos uma CIPA em cada escola e, desde já, condições efetivas para a atuação.

Parabenizamos as associadas e associados da APEOESP eleitas e eleitos para ocupar esse espaço de luta. Em breve realizaremos um encontro estadual de cipeiros da APEOESP para organizar esse trabalho de forma coletiva.

APEOESP solidária com psicólogos e psicólogas que atuam na Educação

As comunidades escolares têm reivindicado a presença de psicólogas e psicólogos nas escolas devido a múltiplos fatores que tensionam o ambiente escolar e causam adoecimento, sobretudo dos professores e professoras. Projeto neste sentido foi aprovado na Alesp, mas foi vetado pelo governador Tarcísio. Além de não atender às necessidades da rede, o programa Conviva da SEDUC também mantém profundamente insatisfeitos os profissionais da psicologia que nele atuam. Manifestamos aqui a nossa solidariedade e apoio porque os problemas que os afetam (assédio, sobrecarga, péssimas condições de trabalho, desvalorização, entre outros) também são os nossos e a luta é comum.

No dia 29 de maio estaremos na luta em defesa da Educação

O CER decidiu que a APEOESP participará do Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação, promovido por diversas entidades. A APEOESP luta por Educação pública, gratuita, Inclusiva, da pré-escola à pós-graduação e pelo financiamento adequado deste direito, sem corte de verbas.

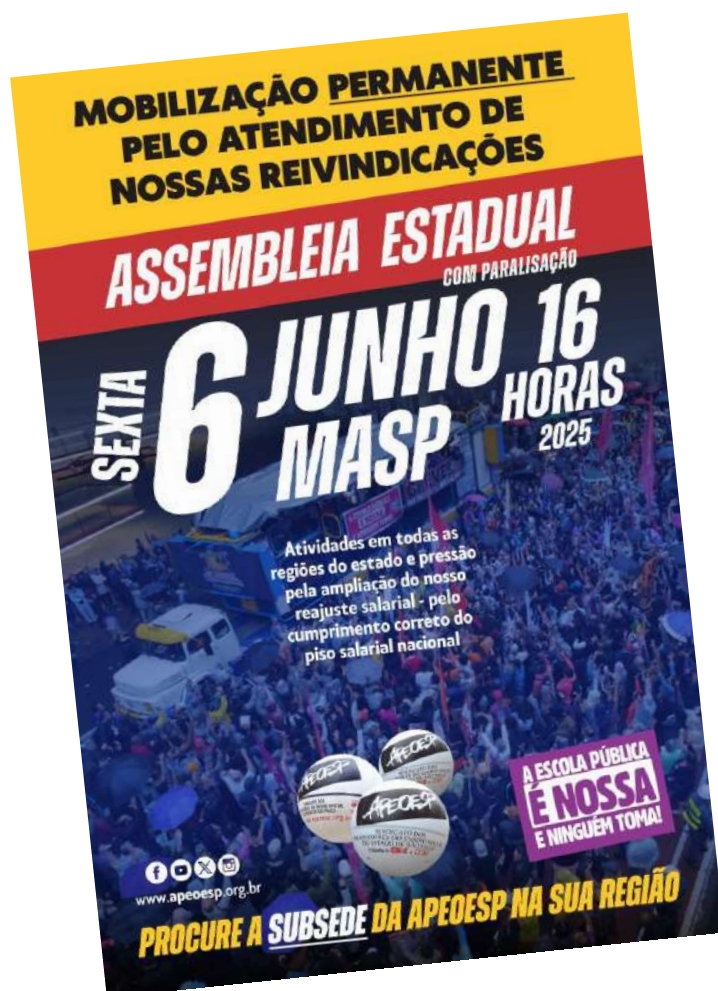
APEOESP PARTICIPARÁ ATIVAMENTE DO PLEBISCITO POPULAR 2025

O CER reafirmou também a deliberação de participação ativa no Plebiscito Popular 2025, que está sendo organizado pelas centrais sindicais e movimentos sociais e se realizará em setembro. Na pauta, a aprovação da

isenção de imposto de renda para até R\$ 5 mil, taxaço dos ricos, reduço da jornada de trabalho sem reduço salarial, fim da escala 6X1. Oportunamente, materiais sero enviados e as subsees devem criar comitês para organizar nossa participao e mobilizar a categoria e a populao.

CER DEFINIU CRITÉRIOS E PROPOSTA DE REGIMENTO PARA O XXVIII CONGRESSO ESTADUAL DA APEOESP

O CER debateu e aprovou os critérios de participao no XXVIII Congresso Estadual da APEOESP que se realizar de 25 a 27 de setembro em Serra Negra. Aprovou tambm a proposta de Regimento. Brevemente ser publicado o Boletim do Congresso, com todas as informaes.



MOÇÃO DE APOIO À GREVE DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Os Conselheiros e Conselheiras Estaduais da APEOESP reunidos no dia 23 de maio de 2025 manifestam seu apoio à greve dos servidores do judiciário do Estado de São Paulo iniciada no dia 14 de maio, reivindicando 25,24% de reposição das perdas salariais, abertura de mesa de negociação, reposição dos dias de greve, outros.

Diante da intransigência da cúpula do Tribunal de Justiça, mais de dois mil servidores do judiciário decidiram pela continuidade da greve e nova Assembleia no dia 28 de maio.

Manifestamos total apoio e solidariedade à greve dos servidores do poder judiciário e o atendimento da pauta de reivindicações da categoria.

MOÇÃO DE REPÚDIO

APEOESP – Sindicato dos Professores do Estado Oficial do Estado de São Paulo, Subsede Diadema vem repudiar veementemente a prática antidemocrática e anti-sindical adotada pelo diretor Vandrê Kopcak, da Escola Estadual General José Artigas, naquela cidade.

Em relação à adesão ao Projeto de Ensino Integral (PEI), o diretor realizou uma consulta aos pais e responsáveis dos (as) alunos (as) em cada sala de aula, não permitiu que o Grêmio Estudantil discutisse o projeto com os estudantes da unidade escolar, tampouco aceitou a presença de representantes do Sindicato na reunião do Conselho Escolar. Além disso, o diretor chamou a polícia. No entanto, o Conselho Escolar rejeitou o projeto por uma ampla maioria, com 15 votos contrários e apenas 3 votos favoráveis. A atitude é ainda mais inaceitável por ser o diretor em questão também dirigente do SINPRO ABC.

MOÇÃO DE REPÚDIO

À NOMEAÇÃO DE INTERVENTORES E AO AFASTAMENTO INJUSTIFICADO DE DIRETORES DE ESCOLA

São Paulo, 23 de maio de 2025

Vimos manifestar nosso veemente repúdio à medida arbitrária anunciada pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e comunicada pelo dirigente da DRE Guaianases, Sr. Fernando Araújo de Oliveira, referente ao afastamento de diretores concursados de suas funções para participação compulsória em uma formação denominada “Projeto Aprimorando Saberes Diretores de Escola”, no âmbito do Programa “Juntos pela Aprendizagem”.

A decisão inclui, ainda, a nomeação de interventores para as escolas, prevista para ser publicada no Diário Oficial do Município, sem qualquer consulta ou diálogo prévio com as comunidades escolares e sem respaldo legal que justifique o afastamento dos diretores legalmente nomeados por concurso público e exercício pleno de suas funções.

Trata-se de uma ação inconstitucional e antidemocrática, que fere princípios fundamentais da gestão pública e da educação, previstos em legislações como:

- Art. 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que assegura a gestão democrática do ensino público;
- A legislação municipal vigente, que rege a atuação e estabilidade dos diretores concursados na Rede Municipal de Ensino de São Paulo;
- Os princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa (art. 37 da Constituição Federal).

A referida Convocação SME nº 5, de 22 de maio de 2025, que fundamenta o afastamento de diretores pelo período de maio a dezembro, não prevê afastamento de função, nem autoriza substituições imediatas por interventores externos, o que configura violação à autonomia das escolas, à estabilidade dos cargos públicos e ao direito das comunidades de manter sua gestão escolar legítima.

Reafirmamos que os diretores convocados são profissionais concursados, com formação, experiência, e atuação reconhecida em suas comunidades escolares. São gestores que, apesar da crônica ausência de recursos humanos, da falta de apoio multiprofissional, da precariedade estrutural e das inúmeras carências enfrentadas pelas escolas públicas, têm desempenhado papel essencial na garantia do direito à educação de milhares de crianças e adolescentes.

Reconhecemos que a formação continuada é importante, mas ela deve ser construída com diálogo, respeitando a rotina escolar e o exercício das funções gestoras, e jamais servir de pretexto para afastamentos em massa e intervenções externas não previstas em lei.

Diante disso, nós, membros do Conselho Estadual de Representantes da APEOESP, exigimos:

1. A imediata revogação da nomeação dos interventores e o retorno dos diretores às suas funções;
2. Que a formação prevista no projeto seja ofertada como parte da jornada dos gestores, sem necessidade de afastamento das atividades de direção escolar;
3. A garantia da legalidade e da estabilidade da lotação e do exercício dos cargos públicos ocupados por concurso, conforme o princípio constitucional da impessoalidade e mérito no serviço público;
4. A ampliação do debate democrático com participação das comunidades escolares, Conselhos de Escola e entidades representativas.

Não aceitaremos que a solução para os desafios da educação pública seja a retirada dos gestores que atuam diariamente com comprometimento, humanidade e excelência, transformando as escolas em espaços de acolhimento, proteção e aprendizagem, mesmo diante de tantas dificuldades.

Nos falta muita coisa: recursos, apoio técnico, condições adequadas de trabalho. Mas não nos falta compromisso, competência e coragem para fazer da escola um lugar melhor para nossas crianças e adolescentes.

Por isso, reafirmamos: intervenção não é solução. Intervenção é retrocesso.